

CONTRA OS GRAMÁTICOS, DE SEXTO EMPÍRICO: TRADUÇÃO ANOTADA, PRIMEIRA PARTE (M 1. 41-96)

SEXTUS EMPIRICUS' AGAINST THE GRAMMARIANS:
ANNOTATED TRANSLATION, FIRST SECTION (M 1. 41-96)

JOSEANE M. PREZOTTO*

Resumo: Tradução anotada de parte (M 1. 41-96) do tratado *Contra os Gramáticos*, escrito pelo filósofo cético pirrônico Sexto Empírico, por volta do séc. II d.C. Nesta seção, Sexto dá início, propriamente, a sua refutação da arte gramatical do período helenístico, disciplina cujo empreendimento amplo relacionava-se então ao estudo da literatura, ou seja: correção, edição, exegese e valoração do cânone literário. Aqui ele põe em xeque o valor dessa disciplina, critica as definições e pretensões apresentadas pelos gramáticos, e introduz qual divisão e partes serão consideradas a seguir. As notas da tradução, além de esclarecerem escolhas tradutórias, pretendem contextualizar e ampliar a discussão sextiana.

Palavras-chave: Sexto Empírico; Gramática Helenística; *Tekhnê*; Ceticismo.

Abstract: Annotated partial (M 1. 41-96) translation of the treatise *Against the Grammarians*, written by the Pyrrhonian Skeptic philosopher Sextus Empiricus, around the second century C.E. In this section Sextus begins his refutation of Hellenistic Grammar which, in this period, was concerned with philological and literary studies: correction, edition, exegesis and evaluation of the literary canon. He questions the value of this discipline, criticizes its definitions and the claims made by the grammarians, and then sets out which divisions and parts will be considered in the treatise. The notes to the translation are intended to clarify translational choices and to contextualize and widen the Sextian discussion.

Keywords: Sextus Empiricus; Hellenistic Grammar; *Tekhnê*; Skepticism.

* Pós-doutoranda na Universidade Federal do Ceará. E-mail: joseane.prezotto@gmail.com.

APRESENTAÇÃO

Contra os Gramáticos é um texto escrito pelo filósofo cético pirrônico, e também médico, Sexto Empírico, por volta do século II d.C.ⁱ. Está integrado a uma obra maior, *Contra os Professores*ⁱⁱ, dedicada ao ataque de seis disciplinas (*mathemata*) centrais na vida intelectual dos gregos antigos (e também dos romanos): gramática, retórica, geometria, aritmética, astronomiaⁱⁱⁱ e música^{iv}. Além de serem, em sentido amplo, expressão do posicionamento filosófico sextiano, esses tratados acabam sendo importante fonte de informação histórica sobre tais áreas do conhecimento. Dentre eles, nosso texto, o *Contra os Gramáticos* é, de longe, o mais extenso.

As disciplinas mencionadas devem ser compreendidas, convém lembrar, em um sentido adequado ao contexto histórico. Se se entende a “gramática”, por exemplo, como “o conjunto de prescrições e regras que convencionam o uso considerado correto de uma língua escrita ou falada” (HOUAISS), verificar-se-á que uma disciplina assim não existiu de forma independente na Grécia Antiga. Tal tipo de abordagem da língua deu-se apenas secundariamente como um subproduto em áreas com objetivos mais abrangentes, como a retórica, a poética, a lógica (ou dialética). E a definição mencionada descreveria somente uma dentre as preocupações da área que Sexto conhece por “Gramática”, cujo empreendimento amplo relacionava-se, no período

ⁱ Sobre a vida de Sexto Empírico não sabemos praticamente nada. Teria vivido em um período entre o fim do século I d.C. e início do III d.C.

ⁱⁱ *Pros mathematikous*. Talvez se pudesse tentar definir melhor a classe de pensadores que está sendo atacada: Contra os Especialistas ou Expertos, Contra os Teóricos, Contra os Eruditos, Contra os Doutos (cf. Bett, 1997, p. x: “*Against the Learned*”), ou ainda, “Contra os Homens de Ciência” (Bolzani, 2011, p. 6). A verdade é que *Contra os Professores* talvez seja mesmo uma opção ruim para transmitir ao público atual o conteúdo dessa obra. Porém, além de já ser conhecida por esse título, as opções mencionadas também nos parecem gerar algum tipo de equívoco. Para a obra de Sexto Empírico, adoto, neste artigo, o seguinte esquema de referência: PH. 1-3: *Hipotiposes Pirrônicas 1-3 (Pyrrhoniae Hypotyposes)*; M. 1-6: *Contra os Professores 1-6 (Adversus Mathematicos)*: M.1.1-40 Introdução; M.1.41-320 *Contra os Gramáticos (Adv. Grammaticos)*; M. 2 *Contra os Retóricos (Adv. Rhetores)*; M. 3 *Contra os Geômetras (Adv. Geometras)*; M. 4 *Contra os Aritméticos (Adv. Arithmeticos)*; M. 5 *Contra os Astrólogos (Adv. Astrologos)*; M. 6 *Contra os Músicos (Adv. Musicos)*; M. 7-11 *Contra os Dogmáticos (Adv. Dogmaticos)* (transmitido junto com o *Contra os Professores*, mas na verdade um tratado diferente): M. 7 e 8 *Contra os Lógicos 1-2 (Adv. Logicos)*; M. 9 e 10 *Contra os Físicos 1-2 (Adv. Phisicos)*; e M. 11 *Contra os Éticos (Adv. Ethicos)*. Deve-se ter em mente, no entanto, que é consensual o fato dessa numeração não fazer jus à ordem cronológica em que as obras foram escritas.

ⁱⁱⁱ O alvo de Sexto é, na verdade, a astrologia. Ver nota 7 abaixo, na seção Notas da tradução.

^{iv} Mais especificamente, teoria musical. Ver nota 7 abaixo, na seção Notas da tradução.

helenístico, ao estudo da literatura, mais especificamente: à correção, edição, exegese e valoração do cânone literário; ou seja, a correntemente chamada Gramática, ou Filologia, Alexandrina.^v

Além da especificidade do desenvolvimento histórico de cada uma das disciplinas abordadas por Sexto e de seu status particular durante a antiguidade, há que se atentar para o fato de terem feito, geralmente, parte de “ciclos” de estudos. Ou seja, estiveram vinculadas a projetos educacionais, motivados, essencialmente, por concepções filosóficas. O conjunto de disciplinas abordado por Sexto pode ser considerado, desse ponto de vista, um ciclo disciplinar, com matérias complementares entre si, dispostas de acordo com uma proposta educativa. Intermediários entre a formação básica infantil disponível para uma parte da população e o que poderíamos chamar de formação superior, restrita aos futuros sábios ou filósofos, ou estadistas, o entendimento do papel desses estudos acompanha, conseqüentemente, as polêmicas filosóficas e culturais em torno a conceitos de educação e sabedoria. De forma que certamente não foram alvo de tratamento unânime, pelo contrário. Por um lado, parece ter havido um debate fecundo em relação a quais disciplinas deveriam estar presentes nessa etapa da formação. Um debate, entretanto, em que os participantes costumavam compartilhar ao menos noções similares em relação à constituição dos saberes. Por outro, tal como a discussão sextiana não nos deixará esquecer, houve uma oposição mais drástica a tais modelos educacionais, disposta a questionar pressupostos conceituais, concepção filosófica e utilidade.

Sexto propõe um ataque aos que “professam” esses estudos, aos especialistas, os *mathêmatikoi*. Nesse sentido, Sexto ataca, propriamente, “estudos especializados”, pois seus seguidores compartilhavam, além de uma tradição, um corpo de conhecimentos cada vez mais especializados e teóricos. Todos esses saberes, além de serem abordados, com efeito, como conhecimentos especializados, são atacados precisamente onde supõem ou exigem abstração teórica. O ataque empreendido por Sexto nos seis livros do *Contra os Professores* insere-se no contexto amplo de sua oposição às filosofias dogmáticas através da crítica aos conhecimentos teóricos construídos com

^v Dentre os gramáticos que cita: Aristófanes de Bizâncio (c. 257-180 a.C.), Aristarco de Samotrácia (c. 216-144 a.C.), Crates de Malos (c. 180-150 a.C.), Taurisco (discípulo de Crates), Dionísio Trácio (c. 170-90 a.C.), Pindário (prov. contemporâneo de Dionísio), aquele cuja atuação seria mais recente é Asclepiades de Mirleia (séc. I a.C.), cuja concepção de gramática parece ter servido de base à crítica sextiana (ou a sua fonte). Alguns, porém, não puderam ser identificados com clareza pela tradição: Ptolomeu, o Peripatético; Cáres e Demétrio Cloro.

base em raciocínios especulativos. A crítica sextiana envolve a identificação das disciplinas do ciclo (*enkuklia mathêmata*) com artes (*tekhnai*) racionais ou teóricas, nos moldes em que seus “praticantes” costumavam enaltecê-las. Seu propósito seria não a transmissão e aquisição de habilidades com fins puramente práticos, mas a construção de teorias acerca da natureza das coisas. Com base no chamado método racional, o objetivo dessas artes seria postular hipóteses para a natureza de seus objetos, elaborando explicações causais de por que são como são. Como parte desses estudos, configuram-se entidades teóricas, relacionadas por meio de um sistema cuja apreensão depende, portanto, da aceitação tanto do valor “existencial” de suas entidades componentes, como, e principalmente, do assentimento às inferências (constatações hipotéticas tomadas como verdadeiras) que as relacionam. A edificação desses estudos em sistemas envolve, portanto, um “método” de descoberta e um conjunto de “teoremas” que sustenta a conexão de seus elementos. Sexto ataca, em vista disso, o estudo racional com pretensões teóricas, a incoerência interna, as consequências aporéticas do “método racional”, e sua inutilidade para a vida, ao menos para a vida do homem comum e, por extensão, do filósofo cético.

O ataque a uma tradição é visível no *Contra os Gramáticos*. Sexto provê, nesse livro, um panorama da constituição dos saberes nessa área. Que ele mimetiza, não sem ironia, supomos, a disposição de um tratado gramatical do período é algo que se pode notar desde o início da obra. A princípio alude às introduções laudatórias da gramática, logo a seguir, expõe e critica suas definições e, então, passa ao ataque das partes da gramática: “técnica” (que se ocupa de letras, sílabas, nomes, partes da sentença, ortografia, correção, etimologia); “histórica” (que trata dos personagens, lugares, etc.); e específica (o exame das obras literárias, propriamente ditas, em verso ou prosa). Neste artigo, apresentamos a tradução da parte inicial do tratado, que contradiz os elogios à gramática, critica suas definições e põe em xeque sua auto-designada tarefa, e apresenta qual divisão e partes serão consideradas a seguir.

É razoável supor, tendo em vista a autoridade de que a filosofia estoica desfrutou no período helenístico, e a inter-relação entre o desenvolvimento desta e da disciplina gramatical, que Sexto nutrisse interesse especial por tal área, além de, possivelmente, ter tido à sua disposição bastante material referente a ela. Com relação a esse último ponto, o espaço que ele destina a argumentos que, muito provavelmente, são de origem epicurista, e não cética, é considerável. Isto poderia sugerir que sua fonte principal fosse não um tratado gramatical, mas uma obra de ataque à doutrina gramatical, nos

moldes daquelas ligadas à tradição epicurista de polêmica contra disciplinas que teriam a pretensão de se antepor à filosofia.^{iv}

SOBRE A TRADUÇÃO

Nossa preocupação principal foi encontrar certo equilíbrio entre a imprescindível permanência e padronização de termos e conceitos técnico-filosóficos e a fluência da argumentação, salvaguardando características do estilo retórico sextiano, sem nos restringirmos a mimetizar propriedades da língua grega em português. A padronização de termos acontece por ser necessário preservar, ainda que artificialmente, a especificidade, polissêmica talvez, daquele termo em um contexto maior, que o relaciona a uma tradição. Tal tradição, no entanto, não é somente, e necessariamente, a do contexto de produção. Pelo contrário, é geralmente a do contexto de recepção. É a história do termo como parte de uma cultura de recepção da filosofia helenística, em específico, ou da cultura grega, em geral, que costuma gerar muitas das dúvidas do processo tradutório. Procuramos, portanto, não perder de vista o lugar em que se insere nossa contribuição, herdeira dessa tradição, e expressar, em nota, ao menos parte de nossas hesitações, fornecendo, desse modo, nosso roteiro de leitura do termo e da passagem em que ocorre. Assim, as notas de fim procuram esclarecer o leitor acerca de nosso caminho interpretativo e disponibilizar informações que permitam visualizar outras associações e

^{iv} A oposição às *tekbnai* mais célebre na antiguidade parece ter sido a dos Epicuristas. Segundo Blank (1998), está atestada a existência de vinte e dois tratados epicuristas contra as disciplinas. Destes, possuímos grande quantidade de fragmentos provenientes de três tratados de Filodemo: *Sobre a Retórica*, *Sobre a Música* e *Sobre Poemas*. É comum aos três uma discussão sobre estes estudos serem ou não *tekbnai*, ou seja, sobre possuírem ou não um corpo de regras gerais, aplicáveis de um modo fixo a casos particulares; a conclusão, no entanto, é a de que uma disciplina somente é útil para a sabedoria ou “felicidade” na medida em que for conduzida e utilizada “pela filosofia”. A filosofia (ou *phusiologia*) é o único estudo, para os Epicuristas, capaz de promover a tranquilidade da alma, enquanto o estudo de pormenores “técnicos” resulta apenas em trabalho, preocupação e perturbação. A partir das próprias indicações de Sexto, neste tratado e em *M* 6. 4-5, uma polêmica epicurista (dogmática) visa demonstrar que uma arte ou estudo não é útil, mas prejudicial; enquanto a refutação cética e aporética pretende destruir a disciplina pelo ataque a sua estrutura. De forma que os argumentos de viés epicurista seriam aqueles que começam com declarações ou apologias feitas em nome da suposta arte e/ou aqueles que concluem que ela é inútil ou não é, de fato, uma *tekbne*. Os argumentos céticos, por sua vez, ocupar-se-iam de definições, teoremas e hipóteses, demonstrando que são incoerentes ou insubsistentes.

leituras diferentes da nossa.^{vii} Os trechos de poesia citados por Sexto, com exceção das citações da *Iliada* e da *Odisseia*, em que usamos as traduções de Carlos Alberto Nunes, foram traduzidos sem considerar os recursos poéticos do original.

O texto grego de base é o de J. Mau e H. Mutschmann, *Sexti Empirici opera*, vol. 3, 2ª edição, Leipzig: Teubner, 1961, presente no *corpus online Thesaurus Linguae Graecae*. A mesma edição serviu de base para a tradução de Blank (1998). Este estudioso afirma (*ibidem*, p. lvi) não ter percebido diferenças com o texto de Bury (1949) para as edições Loeb; no entanto, Bury teria seguido a edição de I. Bekker (1842). Blank realiza algumas modificações no texto e, de maneira geral, seguimos suas recomendações, por acreditarmos que a sua minuciosa exegese, apresentada em comentários, à moda de ensaios, a cada linha do texto, justifica sua autoridade sobre ele. Ainda assim, talvez algumas dessas modificações possam mesmo ser supérfluas, e buscamos apontar em nota quando esse parecer ser o caso.

Quando uma inserção foi sugerida por Blank, informamos em nota de rodapé e usamos o sinal <...>. Quando Blank propõe uma supressão, a nota de rodapé traz o texto grego suprimido usando os símbolos: {...}, bem como a tradução da passagem. Lembrando que o livro de Blank, tal como esta publicação, não traz o texto grego, apenas acompanha a tradução com notas que justificam suas opções. Em alguns momentos (raros, é verdade), sua tradução parece implicar alguma modificação que ele, no entanto, não indicou.

^{vii} Há outra tradução para o português disponível: Brito e Huguenin, 2015.

TRADUÇÃO

CONTRA OS GRAMÁTICOS (M. 1 41-96)

[41] Vamos começar nossa investigação diretamente contra os gramáticos¹. Em primeiro lugar, porque desde a primeira infância, praticamente em fraldas, somos entregues à gramática: ela funciona como ponto de partida para o ensino das outras disciplinas.² E em segundo lugar, porque é a mais pretensiosa das ciências (*epistêmai*), prometendo quase o mesmo que prometem

¹ Para o papel social dos gramáticos e professores de literatura no mundo antigo, ver Kaster, 1997, obra que contém um estudo detalhado acerca do uso dos “títulos” profissionais. O estudioso demonstra (*ibid.*, p. 42, 447, *passim*) que as ocorrências mais antigas de *grammatikos* indicam exclusivamente alguém que aprendeu as letras, ou seja, que pode ler e escrever, em oposição a um “iletrado”, ou analfabeto (*agrammatos*). A partir do final do século IV a.C., o termo *grammatistês* teria sido utilizado para o professor de leitura e escrita. E, em algum momento a partir do século III a.C. e já regularmente no século II a.C., *grammatikos* passou a descrever o professor de “literatura”, também como um título profissional, embora o sentido original tenha persistido em uso. O uso técnico de *grammatikos* como o que se dedica à *grammatikê*, ou seja, à crítica textual e literária, está, evidentemente, relacionado ao surgimento dessa arte ao fim do século III a.C. na Alexandria de Ptolomeu. Ver também Seppänen, 2013, p. 34 ss, sua é a tabela que reproduzimos abaixo (os grifos são nossos):

palavra	período	uso	significado
grammatistes	séc. V a.C.	título	especializado em letras / “professor elementar”
philologos	sécs. V-IV a.C.	adjetivo	“amante” dos discursos; “amante” do estudo, estudioso
grammatikos	séc. IV a.C.	epíteto/adjetivo	literato; treinado nas letras
philologos	séc. III a.C.	epíteto/nome	treinado nas letras, erudito
grammatikos	séc. II a.C.	título	especialista (entendido) na língua e na literatura.

² Que a gramática seja a primeira e ponto de partida para o ensino das outras disciplinas parece relacionar-se, supostamente, à alfabetização e letramento. No entanto, como Sexto expõe adiante, a parte da gramática que trata “apenas” da alfabetização não será alvo de seu ataque. São alvos de seu ataque as reivindicações que defendem o conhecimento da gramática em termos abertamente pretensiosos, submetendo diversas habilidades intelectuais ao seu estudo. Entre tais reivindicações, podemos supor, por exemplo, aquelas como as de Filón de Alexandria (*De Cong.*), que faz a própria deusa “Sabedoria” recomendar o estudo das “artes liberais” como preparação para os que desejam associarem-se a ela, e menciona primeiro a gramática, o que é comum em listas desse tipo, mas acrescenta: a gramática ensina o conhecimento compartilhado (*historia*) em poetas e prosadores, nos dá inteligência e polimatia e nos ensina a desprezar ideias tolas ao revelar os infortúnios de semi-deuses e heróis celebrados na literatura. Também houve declarações que vincularam a gramática à capacidade de reconhecer, e conseqüentemente discernir, termos ambíguos ou polissêmicos, daí a defesa de sua importância para a prática filosófica. Cf. Blank, 1998, p. 109-110.

as Sereias³. [42] Pois as Sereias sabem que o homem é, por natureza, ávido de conhecimento, e guarda no fundo do peito intenso desejo pela verdade. Assim, aos que navegam ao seu redor, não prometem apenas o deleite de seus doces cantos divinais, mas também ensinar-lhes quanto existe (*ta onta*), pois dizem:

“Vem para perto, famoso Odisseu, dos Aquivos orgulho,/ traz para cá teu navio, que possas o canto escutar-nos./ Em nenhum tempo ninguém por aqui navegou em nau negra,/ sem nossa voz inefável ouvir, qual dos lábios nos soa. / Bem mais instruído prossegue, depois de se haver deleitado. / Todas as coisas sabemos, que em Troia e vastas campinas, / pela vontade dos deuses, Troianos e Argivos sofreram, / como, também, quanto passa no dorso da terra fecunda.” [Od. 12. 184-91. Trad.: Carlos Alberto Nunes.]

[43] E assim a gramática é capaz de provocar grande desejo por ela em quem a escuta vangloriar-se do trabalho prático com dialetos, exposições “*técnicas*” (*tekhnologiai*) e críticas textuais (*anagnôseis*), somado ao de explicar racionalmente detalhes de mitos e histórias.⁵ Mas, para não parecer que damos voltas ao assunto, convém indicar quantas gramáticas existem e qual se pretende investigar.

³ Aulo Gélío (16,8,15-17) refere-se ao estudo da “dialética” como sendo tão encantador quanto as Sereias.

⁴ Sentimo-nos particularmente descontentes com as traduções de termos correlatos a *tekhne*. “Arte” é uma tradução que, malgrado sua imprecisão, já está consideravelmente estabelecida e pode não gerar maiores erros justamente por continuar problemática e não haver se cristalizado em um sentido equivocado. Por outro lado, não conseguimos manter o paralelo e usar os termos familiares como “artista”, “artífice”, “artístico” e quietais, e tivemos, então, de optar por “*técnica*”, que além de também não poder ser padronizada, mas dar lugar, em alguns contextos, a outras escolhas, se justifica mais por espelhar o termo grego, pois, em geral, uma leitura desavisada do termo pode mesmo prejudicar a compreensão do texto. A alternativa foi manter as ocorrências em itálico na tradução, como um artifício para lembrarmos de que o termo está relacionado à *tekhne*.

⁵ “O que geralmente se entende por gramática alexandrina é um conjunto de expedientes doutrinários aplicados na análise, na fixação e na edição de textos literários clássicos. O trabalho dessa gramática é fundamentalmente o de ‘crítica textual’ [...]” (Chapanski, 2003, p. 3 – grifo nosso). Nesse sentido, crítica textual refere-se tanto ao conjunto das “lições” ou “leituras” (*anagnôseis*) propostas pelos gramáticos em suas edições dos textos, quanto ao “reconhecimento” de características dos textos implicadas em sua “leitura em voz alta”: “O gramático antigo entende que, para ler bem, é necessário conhecer a demanda de cada gênero do texto, o tipo de vocalização que lhe é adequada, a entonação caracterizadora de cada tipo de poema. [...] além de tudo era necessário resgatar a suposta pronúncia clássica e, com ela, o ritmo dos poemas, oriundo da alteração quantitativa das sílabas.” (Chapanski, *op. cit.*, p. 80-81). “Gramática” referir-se-á, de modo geral, no período helenístico, independentemente das nuan-

EM QUANTOS SENTIDOS SE DIZ “GRAMÁTICA”

[44] Pois bem, gramática se diz, por homonímia, num sentido geral e noutro específico. Diz-se, em geral, do aprendizado das letras, sejam gregas ou estrangeiras, o que chamamos correntemente de “gramatística”. No sentido específico, diz-se daquela completa, organizada por Crates de Malos, Aristófanos, Aristarco e seus seguidores.⁶

[45] Ambas parecem estar assim denominadas a partir do significado da palavra de origem. A primeira, a partir de “letras” (*grammata*), que usamos como signos dos sons articulados. E a segunda, acreditam alguns, por extensão^{viii} da primeira, pois as letras são uma seção dela. Do mesmo modo como a medicina (*iatrikê*), no passado, recebeu este nome por remover venenos (*ioi*), mas hoje se encarrega do tratamento de outros males, sendo muito mais *técnica*. [46] Ou como a geometria, assim chamada no princípio por conta da mensuração (*metron*) da terra (*gê*), mas no presente se aplica a uma teoria mais voltada a leis da natureza. O mesmo acontece com a gramática completa, que foi

ces, a este cenário: a inserção na tradição literária – o domínio das habilidades concernentes à compreensão do texto literário por meio do tratamento de seus elementos – *grosso modo*, leitura e interpretação textual. Tarefas cujas especificidades relacionam-se a características dos textos: condição física, dialetos, gêneros e períodos literários, entre outras; guiadas por uma compreensão de como o sujeito deve se relacionar culturalmente com esse saber. Esse é o sentido predominante de Gramática no período helenístico, ou seja, educação literária, com o duplo aspecto moralizante (ou poético) e filológico (ou textual). Outro aspecto contíguo será a exposição de regras e métodos para a apropriação da cultura literária em tratados técnicos: *tekhnologiai*. Antes do período helenístico, e talvez ainda no princípio dele, a educação literária/poética, relacionava-se à atuação de “sofistas”, “sábios” ou “filósofos” (ver Platão, *Prot.*, 338e6-339a3). O conceito de gramática pôde se restringir, então, ao ensino elementar das letras sem se referir à interpretação ou estudo poético dos textos, menos ainda à sua “autenticação” e exegese – tarefas “filológicas” que irão incorporar o conceito de “gramática completa” a partir da instituição dos “centros culturais” que são as Bibliotecas de Alexandria e Pérgamo. O desenvolvimento e especialização das atribuições do gramático, vinculados à constituição de escolas filológicas, está na origem de um corpo de conhecimentos e procedimentos metodológicos que irá, em última análise, restringir, posteriormente, o conceito de gramática ao tratamento técnico da língua. Num processo de incorporação de influências multilaterais, de adaptações e acomodações de conteúdos, provenientes de áreas com propósitos não completamente convergentes, terá, então, em um momento subsequente, início a gramática como disciplina independente. *cf.* Swiggers e Wouters, 2002, p. 17.

⁶ Crates de Malos (c. 180-150 a.C.) e Aristófanos de Bizâncio (c. 260-185 a.C.) líderes, respectivamente, da escola de Pérgamo e da escola de Alexandria, junto com o sucessor de Aristófanos, Aristarco de Samotrácia (c. 216-144 a.C.).

^{viii} Blank, 1998, *ad loc.*: “com os editores anteriores e a maioria dos MSS” – διατατικώτερον por διατα<κ>τικώτερον em Mau.

nomeada, no princípio, a partir do aprendizado das letras e foi estendida ao conhecimento das letras em teoremas mais variados e mais *técnicos*.⁷

[47] Talvez, como dizem os que seguem Asclepiades⁸, teria sido também nomeada a partir de “letras”, porém, não no sentido que têm na gramatística, de elementos do alfabeto, como foi dito, mas dessa vez por causa das composições (*sungrammata*) sobre as quais se trabalha.⁹ Também estas são chamadas “letras”: do mesmo modo que se fala em “letras públicas”, ou quando falamos de alguém que é versado em “muitas letras” - não nos referimos assim aos elementos do alfabeto, mas a composições.

⁷ *Contra os Astrólogos (M5)* e *Contra os Músicos (M6)* também apresentam distinções similares apontando as características das disciplinas que serão atacadas, separando-as daquelas que são consideradas úteis. Para a astronomia são apresentados três sentidos (M 5. 1-2): astronomia matemática, que Sexto teria destruído ao atacar a aritmética e a geometria; astronomia de observação de fenômenos, que pode ser útil por prever pragas e catástrofes naturais; e aquela que lida com horóscopos, praticada pelos caldeus, esta sim um “atraso de vida”. Também a música pode ser entendida em três sentidos: o estudo de melodias, notas e ritmos, como praticado por Aristóxeno (alvo de Sexto); a habilidade prática de tocar um instrumento; e, também, no sentido “impróprio” de algo que esteja harmoniosamente disposto (cf. Blank, *op. cit.*, p. 116-7). Interessante comparar a distinção de Sexto com a descrição que Proclo (c. 411-85) apresenta dos inimigos dos “matemáticos”: “Há, não obstante, aqueles indivíduos combativos que se empenham em eliminar o valor dessa ciência, alguns negando sua beleza e excelência pelo fato de seus discursos não tratarem desses temas [filosofia e outras artes e ciências], outros afirmando que as ciências empíricas que se voltam aos objetos sensíveis são mais úteis que os teoremas gerais da matemática. A mensuração da terra, eles dizem, é mais útil que a geometria; a aritmética popular mais útil que a teoria dos números; e a navegação mais útil que astronomia geral. Pois não nos tornamos ricos por saber o que é a riqueza, mas por nos apropriarmos dela, nem somos mais felizes por saber o que é a felicidade, mas por viver uma vida feliz. Deveríamos pois concordar, dizem eles, que as ciências empíricas, e não as teorias dos matemáticos, contribuem mais para a vida humana. Aqueles que ignoram os princípios, mas praticaram resolvendo problemas particulares são muito superiores em satisfazer as necessidades humanas que aqueles que gastaram seu tempo nas escolas estudando teoria apenas.” (*Comentários ao Primeiro Livro dos Elementos de Euclides*, 25-26 – trad. com base em Morrow, 1970, p. 22).

⁸ Asclepiades de Mirleia (séc. I a.C.).

⁹ De acordo com Asclepiades, portanto, o domínio da gramática é a literatura. Tal reivindicação, por um lado, pode afirmar o status da gramática “completa” frente àquela “menor”, a “gramatística”, mas, por outro, talvez fosse uma reação à especialização da “gramática técnica” que poderia ter começado a despontar como campo independente da “gramática helenística” (“filológica”) por volta da época em que Asclepiades teria atuado, século I a.C. Sexto, no entanto, afora a distinção com a “gramatística”, não faz qualquer alusão ao entendimento de gramática como desvinculada do estudo da literatura, pelo contrário, em § 94 ele dirá que as partes da gramática “são muito conectadas e entrelaçadas umas às outras”.

[48] Calímaco, certa vez, referiu-se à composição poética, e em outro momento, à composição em prosa, ambas como “letra” (*gramma*):

“Sou trabalho de Creófilo, que certa vez em sua casa o divino bardo/ recebeu. Canto quanto sofreu Eurito/ e a loira Ioleia, e sou chamado homérico/ poema (*gramma*). Caro Zeus, para Creófilo isto é importante!” [Ep. 6 Pfeiffer.]

e ainda:

“Dizendo ‘Adeus, Sol!’, Cleômbroto de Ambrácia/ de alta muralha ao Hades atirou-se;/ não pensava ter motivo para morrer, mas de Platão/ tinha lido um só livro (*gramma*): *Sobre a alma*”. [Ep. 23 Pfeiffer.]

[49] Existem, portanto, duas gramáticas: aquela que promete ensinar os elementos do alfabeto e suas combinações, e é uma arte geral do ler e escrever; e aquela mais complexa, cujo domínio não se restringe ao simples conhecimento das letras, mas estende-se à investigação de sua origem e natureza, e ainda das partes da sentença (*logou merê*)¹⁰ compostas a partir das letras, e ocupa-se de coisas desse tipo. Nossa intenção não é falar contra a primeira, pois é indiscutivelmente útil¹¹ – no que concorda mesmo Epicuro, ainda que pareça odiar os professores. Pelo menos no seu livro *Sobre dádivas e gratidão*, ele se empenhou consideravelmente em mostrar que é fundamental para os sábios aprenderem as letras. [50] Nós já diríamos de outra forma: é fundamental para todos os homens, não apenas para os sábios. Pois a finalidade de toda arte (*tekhne*) é, obviamente, bastante útil para a vida.¹²

¹⁰ Aqui, tal como em outro momento (§ 132-140), optamos pela tradução “partes da sentença”, pois o ataque de Sexto se constrói com base na relação parte-todo. Ele não usa propriamente o conceito de “partes da oração”, no sentido de classes de palavras; ainda que discuta sobre o “nome”, certamente tendo-o considerado, de fato, neste último sentido. Preferimos manter uma certa imprecisão terminológica que nos parece característica do uso da expressão em ambientes filosóficos, principalmente. É justamente o fato de filósofos (peripatéticos e estoicos), retóricos e gramáticos terem usado a mesma expressão, *merê logou*, para referirem-se ao resultado da aplicação de distintas metodologias que faz da história das “partes da oração” uma peça chave para o entendimento do desenvolvimento da gramática como disciplina independente na antiguidade.

¹¹ Comparar com as outras passagens no *Contra os Professores* em que Sexto isola o alvo de seus ataques: *M* 3. 6; 5. 1; 6. 3. Convém sublinhar que a gramatística é chamada *tekhne*.

¹² Esta passagem parece importante para caracterizar a visão do próprio Sexto. Acima, ele afirma ser favorável ao estudo das letras, para aprender a ler e escrever. Aqui, ele afirma que o *telos* (propósito, fim, objetivo, finalidade) de toda *tekhne* (arte) é útil. A gramatística, portanto, é uma arte. Bem como a medicina e a navegação, a seguir. Sexto introduz o termo *tekhne* em um sentido “especializado” somente quando separa a gramática útil da inútil. Mais

[51] Há artes que primeiro se estabeleceram com o propósito de afastar problemas, e outras cuja intenção é trazer benefícios. A medicina é do primeiro tipo, pois é uma arte para a cura e alívio de sofrimentos. À segunda classe, pertence a navegação, visto que todos os homens têm grande necessidade dos suprimentos provenientes de outros povos e países. [52] Pois bem, a gramatística, por meio da compreensão das letras, promove a cura do mais indolente dos males – o esquecimento, e suporta a atividade mais necessária – a memória, pois quase tudo depende desta. E sem ela não é possível nem ensinar aos outros nenhuma das coisas que são necessárias, nem aprender de outro algo benéfico. Portanto, de fato, a gramatística está entre as coisas que mais nos são úteis.

[53] De qualquer forma, mesmo se quiséssemos, não poderíamos destruí-la sem nos refutarmos. Porque, mesmo que fossem úteis, os argumentos contra a utilidade da gramatística não seriam nem memorizados nem divulgados sem seu auxílio, para tanto a gramatística é necessária. Poderia parecer a alguém que foi de opinião contrária Timon, arauto das palavras de Pirro, quando disse:

“A gramática, sobre a qual não há consideração nem exame atento/ para o homem a quem foram ensinados os fenícios sinais de Cadmo.” [fr. 835 Lloyd-Jones/Parsons]

[54] Mas, na verdade, não é como parece, porque quando diz “sem consideração nem exame atento” não está se referindo à gramatística, que ensina “os sinais fenícios de Cadmo”¹³. Pois como poderia ser ensinada, sem ser considerada? O que ele está dizendo parece ser isso: “aquele a quem foram ensinados os sinais fenícios de Cadmo, não considera, além dessa, nenhuma outra gramática.” De forma que não denuncia a inutilidade daquela que se

à frente § 54, ele caracteriza a gramatística como a que transmite os elementos por observação, elementos que são úteis para a condução da vida. Os estudos especializados da gramática completa são, por sua vez, inúteis. Portanto, parece que sua definição de *tekhne* está calcada no reconhecimento da utilidade. O critério da utilidade foi particularmente enfatizado pelos epicuristas. A utilidade também integra a definição estoica padrão, atribuída a Zenão de Cítio: “arte é um sistema de apreensões (*katalêpseis*) organizado para algum fim útil na vida” (*SVF* i. 73). A definição de Zenão veio a ser “quase” universalmente aceita, cf. Quintiliano, 2. 27: *ab omnibus fere probatus*. Ver a argumentação de Barnes, 1988, p. 63 ss sobre o conceito de “utilidade” para os céticos, epicuristas e estoicos, a partir de M 1. 1-6.

¹³ A introdução do alfabeto fenício na Grécia foi tradicionalmente atribuída a Cadmo, herói fundador de Tebas, casado com Harmonia. Cf. *Sch. DTbr. GG* 1 3, p. 33-35.

ocupa dos elementos do alfabeto e de como ler e escrever com eles, mas sim da outra, presunçosa e supérflua.

[55] Pois, se por um lado a utilização dos elementos do alfabeto contribui na condução da vida, por outro, não se contentar em transmiti-los por meio de sua observação e ir além, apontando os que são vogais por natureza, os que são consoantes e, dentre as vogais, as que são por natureza breves e as que são longas, e quais são ambíguas, com largura e brevidade em comum, isso e, no geral, todo o resto que ensinam os gramáticos arrogantes, é inútil.

[56] De modo que, contra a gramatística, nada temos a dizer, pelo contrário, somos imensamente gratos a ela. Àquela outra é que vamos dirigir nossas refutações. Se o fazemos de modo apropriado ou não, é algo que só poderemos saber depois que tivermos delineado seu caráter.

QUE É A GRAMÁTICA?

[57] Conforme o sábio Epicuro, nem se investiga nem se conduz à aporia sem uma concepção prévia (*prolēpsis*). Portanto, melhor seria, antes de todo o resto, considerarmos com atenção que coisa é a gramática e se, conforme a definição¹⁴ exposta pelos gramáticos, é possível concebê-la como um estudo consistente (*sustatos*) e existente (*huparktos*).¹⁵ Dionísio Trácio¹⁶ diz, em

¹⁴ As definições e o escopo de *grammatike* na antiguidade, até o séc. II a.C., são analisadas no trabalho de Seppänen, 2013.

¹⁵ A “inconsistência” é normalmente o resultado da argumentação aporética acerca de itens que ou são constituídos de partes, ou fazem parte de um sistema estruturado, tal como qualquer *tekhne* racional. A “consistência” (“coerência” ou “constituição”), *sustasis*, de uma *tekhne* deriva de seus teoremas, e a consistência de cada teorema resulta de uma formulação clara e não-contraditória cuja prova se dá por meio de outros teoremas e por meio dos princípios da *tekhne* (cf. *M 3*. 21; 4. 3-4; 5. 49; 6. 61). Cf. Blank, *op. cit.*, p. 128.

¹⁶ Dionísio Trácio (c. 170-90 a.C.). Ao tratado cuja autoria lhe é atribuída, tal como o possuímos, dá-se tradicionalmente o título de *Tekhnê Grammatikê* (*Arte Gramatical*). Nos referiremos a ele pela abreviação *DThr*. A amplamente discutida autenticidade do tratado *DThr*. é considerada uma das questões-chave para a compreensão das origens e primeiros desenvolvimentos da teoria gramatical no mundo antigo: a *DThr*. é um manual que contém uma descrição sistemática da língua, e, se realmente for obra de um pupilo de Aristarco, atesta uma compreensão de propriedades gramaticais bastante desenvolvida em sua época – grande parte da reconstrução do suposto sistema gramatical de Aristarco e seus contemporâneos depende da admissão ou não da autenticidade do tratado *DThr*. Excluindo-se o tratado de Dionísio, em que apenas algumas linhas são unanimemente consideradas genuínas, nenhuma obra gramatical anterior à produção de Apolônio Díscolo, no século II d.C., sobreviveu senão em fragmentos ou de forma indireta e, normalmente, em testemunhos tardios, onde os termos, não raro, são anacronicamente empregados (a introdução de conceitos gramaticais especializados parece ter sido

um dos tipos mais comuns de interpolação nos textos dos primeiros alexandrinos). Ademais, as primeiras “artes gramaticais” (*artes grammaticales*) como “manuais técnicos” que possuímos, fragmentadas, são romanas. A atribuição do tratado *DTbr.* a Dionísio Trácio foi posta seriamente em dúvida pela primeira vez por Di Benedetto (1958 e 1959). A primeira seção deste tratado, aquela que contém a definição e as partes da gramática, citadas por Sexto (§ 57 e § 250), é considerada genuína. Certamente é fruto do período alexandrino, por enfatizar interpretação e crítica textual e conter elementos pressupostos por gramáticos como Asclepiades de Mirleia (séc. I a.C.) e Varrão (116-27 a.C.). As seções 2 a 4 são defendidas como autênticas por alguns estudiosos. Menos numerosos são aqueles que defendem a autenticidade de 6 a 10. E raros são os que defendem a autenticidade de todo o tratado (1-20). A favor da autenticidade, ver Swiggers e Wouters, 2002, p. 16-17. Outra maneira de olhar a questão é ver a *DTbr.* como uma edição final, canonizada e “modernizada” do tratado autêntico de Dionísio Trácio. Alguns estudiosos sugerem que é possível relacionar muito do material presente no tratado que possuímos com conhecimentos que de fato datariam da época de Dionísio. Cf. Seppänen, 2013, p. 52 e Chapanski, 2003. A seção inicial é seguida pela assim chamada seção técnica, em dezenove pequenos capítulos. São abordados diferentes aspectos da linguagem: leitura, acentuação, pontuação, rapsódia, elementos (letras e sons), sílaba (longa, breve, comum) e palavra. Os dez últimos capítulos introduzem as oito partes da oração: nome, verbo, partícipio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Os termos são simplesmente listados e acompanhados de muitos exemplos, o que poderia apontar para sua praticidade e finalidade enquanto manual técnico. Não aborda a sintaxe, tampouco a correção linguística. Uma combinação de fatores, principalmente o testemunho de Apolônio Discolo, que atribui a Dionísio opiniões diferentes daquelas que aparecem em *DTbr.*, pode nos levar a situar a *DTbr.*, na forma que a conhecemos, por volta dos séculos III-V de nossa era. De modo que estaria assim não mais na origem, mas ao fim mesmo do desenvolvimento da gramática “técnica” grega. Tal campo teria tido início sistemático apenas no século I a.C. com figuras como Tirânio e Asclepiades de Mirleia e atingido seus primeiros estágios de sistematização pouco depois com Trifo e Habro. O nascimento da “ciência gramatical” no século I a.C. foi hipoteticamente relacionado, por Di Benedetto, a fatores como a necessidade de preservar o grego clássico, contato com a cultura romana, que trouxe consigo confrontação no nível linguístico, e o papel da *secessio doctorum*, que propiciou, entre outros, o contato mútuo entre retórica e gramática e pode ter favorecido o estabelecimento das fronteiras respectivas entre as instruções linguísticas do domínio de uma e outra. A questão da autenticidade da *DTbr.* continua polêmica (ver os artigos coletados em Law e Sluiter, 1995), mas o quadro geral serve para nos precaver de considerá-la a prova de que um sistema gramatical evoluído existisse já entre os primeiros alexandrinos. Por outro lado, é possível, através de outras fontes, considerar a existência de alguma teorização linguística neste período. E, mesmo se a *DTbr.*, tal como a possuímos, não foi integralmente escrita por Dionísio, podemos afirmar que ele escreveu “algum” tratado cuja(s) seção(ões) inicial(is) conhecemos. A parte geralmente considerada autêntica não sugere uma exposição técnica e completa de morfologia ou partes da oração, mas é possível inferir uma estrutura de alguma forma sistematizada e uma consciência incipiente da autonomia da disciplina. Disciplina que, no genuíno espírito alexandrino, era uma combinação de estudo linguístico e filológico, direcionada à interpretação de textos literários. Em geral, deve-se sublinhar a distinção conceitual entre acúmulo de observações linguísticas individuais, abundantes desde Aristóteles e o estoicos, e a incorporação destas observações em um “sistema gramatical” coerente, algo

seus preceitos¹⁷, que “gramática é experiência (*empeiria*) na maior parte do que dizem os poetas e escritores”¹⁸. Na oposição com poetas, fica claro que “escritores” não se refere a outros senão àqueles que escrevem em prosa. [58] Como sua tarefa particular¹⁹, o gramático trata tanto do que dizem os poetas,

que, em geral, supõe-se não ter ocorrido antes do século I a.C. Os estudiosos alexandrinos dificilmente quiseram estabelecer um sistema linguístico: sua pretensão central era a interpretação dos poetas. Ao fazer isso, no entanto, eles ocasionalmente construíram e talvez mesmo descreveram algumas categorias gramaticais. Naquilo que Apolônio Díscolo credits a Dionísio Trácio, pode-se detectar a influência linguística da tradição estoica, também visível no que se credits a Tirânio, que teria escrito um tratado intitulado *Peri merismou ton tou logou meron* (*Sobre a análise das partes da sentença*). O processo de evolução teria levado a uma primeira codificação por Trifo (segunda metade do século I a.C.) (muito citado por Apolônio Díscolo), que parece ter rejeitado algumas classificações com viés estoico, e estabelecido as bases teóricas do sistema alexandrino. Depois de Trifo, no entanto, esta evolução teria se prolongado por séculos de vacilação e flutuação até atingir o sistema canônico com Apolônio Díscolo: “Algo que fica evidente, na história desse desenvolvimento, que perdura por cerca de 400 anos, é que o papel desempenhado por Aristarco, seus predecessores imediatos e seus contemporâneos foi decisivo para a codificação e estabelecimento de conceitos e terminologia concernente ao sistema da linguagem. Este sistema foi então estudado em um nível teórico e gradualmente aperfeiçoado no curso de uma longa tradição de erudição e pesquisa.” (PAGANI, 2011, p. 62.) Essa longa tradição diz respeito aos estudos da linguagem com orientação morfológica e sintática para o tratamento da língua materna ou de uma segunda língua. Numa sequência de acidentes históricos, é o que constitui, em última análise, o corpo de conhecimentos que se transmite na tradição ocidental da chamada “gramática tradicional” – que retrocede, propriamente, no mínimo ao começo do período medieval. “A expressão ‘gramática tradicional’ refere-se ao corpo de conhecimento sobre o uso correto das formas de palavras e da sintaxe transmitido no Ocidente ao menos desde o princípio da Idade Média para o estudo do latim e do grego e cujas categorias foram usadas como modelo para o estudo de outras línguas.” ATHERTON; BLANK, 2003, p. 310.

¹⁷ Sexto parece referir-se ao texto de Dionísio Trácio pelo título de *Paraggelmata* (“Preceitos”).

¹⁸ Comparar com a passagem na *DThr.*: “Gramática é o conhecimento empírico do comumente dito <nas obras> dos poetas e prosadores.” (Trad. Chapanski, 2003, p. 21) (*Grammatikê estin empeiria tôn para poiêtai te kai suggrapheusin hos epi to polu legomenon*). Tentamos reter a ambiguidade da expressão utilizada por Sexto: *hos epi to pleiston*, “na maior parte”, pois pode se referir tanto à gramática: “a gramática é em sua maior parte ...”, quanto ao objeto da gramática, qual seja: “a maior parte do que dizem poetas e escritores”. Essas duas interpretações farão parte da argumentação sextiana à frente. O uso de *pleiston* (“a maior parte”) como superlativo de *polu* (“grande parte”) poderia sugerir uma tendência universalista à formulação de Sexto. No entanto, no escólio de *DThr.*, quando os comentaristas discutem a questão da universalidade ou particularidade da gramática, as duas expressões são intercambiáveis, cf. Blank, *op. cit.*, p. 129. Há certa polêmica acerca de qual seria a versão “original” de Dionísio. Sluiter (2011, p. 310), no entanto, acredita que as duas versões, de *DThr.* e Sexto, seriam simplesmente sinônimas.

¹⁹ Nas discussões sobre as *tekhnai*, uma das exigências correntes é a de terem uma tarefa que lhes seja própria, particular, ou seja, uma tarefa que não compartilhem com outras *tekhnai*.

coisas que parece interpretar (poetas como Homero, Hesíodo, Píndaro, e Eurípides e Menandro, e os outros), quanto do que dizem os escritores (como Heródoto, Tucídides e Platão).

[59] Assim, os que se destacam entre eles ocuparam-se de muitos escritores diferentes: ora historiadores, ora retóricos, e ora²⁰ filósofos, procurando o que está dito adequadamente de acordo com o dialeto, e o que está equivocado; o que significa, por exemplo, *zanklon*²¹ (foice) em Tucídides, ou *torneuontes*²²; ou “gritou como se a partir de uma carroça”²³ em Demóstenes; ou como deve ser lida a expressão *ΗΛΟΣ*’ (*edos*) em Platão: se a primeira sílaba é aspirada ou branda, se a primeira é aspirada e a segunda branda, se são ambas aspiradas ou ambas sem aspiração.²⁴ [60] Por essas razões é que se diz que a gramática é experiência do que dizem poetas e escritores. Pois bem, isso foi o que disse Dionísio. Contra ele, Ptolomeu, o Peripatético²⁵, argumentou que a gramática não deveria ter sido definida como experiência [61] (já que experiência mesmo é prática (*tribê*), que opera sem arte (*atekhnos*) e sem entendimento (*alogos*), resumindo-se a simples observação e treino – mas a gramática é uma arte (*tekhne*). Ele não percebeu que aquele

²⁰ ἤδη pode ter um sentido temporal e significar “agora”, implicando que comentários a obras filosóficas tivessem aparecido mais tardiamente, cf. Dalimier, *op. cit.*, *ad loc.*

²¹ Tucídides, VI 4-5.

²² Devido a ausência deste termo no *corpus* conhecido da obra de Tucídides e nos lexicógrafos da antiguidade, a tradutora francesa propõe a seguinte interpretação: “O verbo *torneuo*, ‘tornear’, aparece em Platão (*Timeu* 33b, 69c, 73e; *Crítias* 113d) e aplica-se a uma criação perfeita, conforme à regra e à medida (*analogá kai summetra*) e que remove as irregularidades (*anomalotês*). Aristóteles recupera a imagem no *Tratado sobre o Céu*, 287b15 (o mundo é *entornos* – ‘bem torneado’). Pode-se, portanto, compreender a frase deste modo: ‘espera-se deles que, ao *torneá-las*, digam o que significam de maneira regular...’. *Torneuontes*, neste caso, não seria uma palavra usada como exemplo, mas aplicar-se-ia ao comentário dos gramáticos, assimilada por força da metáfora com a criação analógica divina.” Dalimier, *op. cit.*, *ad loc.*

²³ Demóstenes, *Sobre a coroa*, 122: o termo é usado em referência às injúrias que se lançam de um carro/carroça durante um desfile de rua ritualizado.

²⁴ A escrita tradicional não continha, à época, nenhuma marcação diacrítica de acentos ou aspirações, e tampouco se separavam as palavras. Providenciar as marcações adequadas à leitura oral era trabalho do gramático. *ΗΛΟΣ* como uma só palavra é um termo homérico eólico que significa “prazer” (*édos*). Em Platão, é uma fórmula fixa constituída de três palavras (verbo-partícula-pronome, ἦ δ’ ὅς (*e d’hos*): equivalente à expressão “disse ele”, que permite introduzir a réplica de um personagem; cf. Dalimier, *op. cit.*, *ad loc.*

²⁵ Personagem mal identificado. Muitos gramáticos alexandrinos teriam se chamado Ptolomeu. Provavelmente aquele a quem se refere Sexto teria atuado pouco depois do próprio Dionísio, cf. Pagani, 2011, p. 19. A mesma crítica aparece no *Sch. DThr*, sem autoria especificada: *Sch. DThr.* 165, 16-166, 12.

nome se usa também para arte, como mostramos nos *Tratados Empíricos*²⁶: pois, na língua viva²⁷, diz-se de alguém tanto que é “experiente” (*empeiros*) como que é “entendido” (*tekhnitês*), sem distinção. Essa mesma noção está por trás do que disse Metrodoro²⁸: “nenhuma outra experiência que lida com as coisas percebe sua própria finalidade, somente a filosofia”, ou seja, nenhuma outra arte.

[62] E diz-se sobretudo do conhecimento de vários assuntos distintos, como dizemos dos mais velhos que são experientes na vida, porque viram e ouviram muitas coisas, tal como disse Eurípides:

“Meu filho, nem tudo na velhice/ é ruim, Etéocles, mas a experiência (*empeiria*)/ é mais sábia no falar que os jovens.” [*Fenícias*, 528-530.]

[63] Provavelmente era esse, então, o significado que Dionísio Trácio pretendia ao definir a gramática como experiência do que dizem poetas e escritores, afirmando que o gramático é erudito e polímata.²⁹ Assim, tal objeção é

²⁶ Tratado desconhecido, pode ser o mesmo a que Sexto se refere como *Tratados Médicos* em *Contra os Lógicos* M 7. 262.

²⁷ *bo bios*, literalmente “a vida”: expressão frequentemente utilizada ao longo do texto neste sentido de “língua viva”, “língua corrente”.

²⁸ Metrodoro de Lâmpsaco (c. 320-277 a.C.), amigo e discípulo de Epicuro.

²⁹ O próprio Sexto neutraliza, portanto, a suposição de que Dionísio estivesse tomando posição em um debate entre *empeiria* e *tekhne*, tendo considerado os termos equivalentes. De qualquer forma, que Dionísio tenha usado o termo *empeiria* pode mesmo refletir alguma influência da discussão que acontecia principalmente no campo da medicina, enfatizando a base do procedimento metodológico da gramática no conhecimento empírico. E isso, mesmo que Dionísio considerasse, tal como parecem ter considerado os próprios médicos empíricos, que sua prática fosse, incontestavelmente, uma *tekhne*. Seppänen (2013, p. 62) afirma que tal polêmica, como vemos nos parágrafos seguintes, é um indício de que a influência da filosofia, particularmente estoica e peripatética, começa a se fortalecer a partir da geração de Dionísio e, então, a oposição entre os conceitos de *empeiria* e *tekhne* se estabelece, fazendo com que as gerações seguintes os considerem conceitos diferentes e contraditórios. De forma que o fato de Dionísio ter usado aquele termo transforma-se num problema bastante sério para os comentadores da *DThr.* (*Sch. DThr.* 165. 16-24 e 448. 22-25, por exemplo), que irão, então, considerar imprescindível justificar e explicar por que ele usou este termo. Os gramáticos posteriores ver-se-ão compelidos, com isso, a “consertar” o termo de Dionísio em suas próprias definições de gramática. O termo, *tekhne*, representava algo que os gregos respeitavam e valorizavam, e negar a uma prática a alcunha de *tekhne* era questionar seu prestígio e sua utilidade social, o que acaba por pavimentar o caminho da tensão entre, por um lado, (mero) treino de habilidades e, por outro, (verdadeiro) conhecimento. Este debate acaba por tomar grandes proporções ao implicar uma disputa acerca de quais artes seriam de fato artes, ou quais seriam “superiores”, e a quais características estaria vinculado seu *status*. Bem como, quais delas eram importantes para a sabedoria, quais indiferentes, quais desprezíveis. Ou seja, teria

irrelevante, mas talvez alguém o confronte com esta outra, que contém uma questão mais efetiva: [64] Ou a gramática é uma experiência apenas do que dizem^{ix} poetas e escritores, ou também de coisas que não estão atestadas³⁰ nem em poetas nem em escritores.³¹ Contudo, ele não iria responder que a gramática é uma experiência somente do que dizem os poetas e escritores, haja visto ela impor-se, amiúde, também ao falar cotidiano do homem comum e sem conhecimentos^x, averiguando o que é barbarismo e o que é grego correto (*to Hellenikon*)³², o que é solecismo e o que não é.³³ [65] E se também

entrado em cena um critério filosófico para a hierarquização das *tekhnai*. Não é a toa que a ambiguidade da natureza das artes manifesta nessas discussões tenha provocado críticas como a de Sexto Empírico, que faz uso de tais imprecisões para demonstrar que os gramáticos não têm a mínima ideia do que estão fazendo.

^{ix} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*: não concorda com a modificação de Mau: εἴποι<μ>εν.

³⁰ A tradutora francesa aponta para o uso técnico de *kathistemi*: “encontrar regularmente”, entre os gramáticos, por exemplo em Apolônio Díscolo, *Sobre as conjunções* 232, 12-20, *cf.* Dalimier, *op. cit.*, *ad loc.*

³¹ Objeção que se apoia na primeira interpretação da fórmula *hos epi to pleiston*: aplicada à gramática.

^x Blank, *op. cit.*, *ad loc.*: não inserção de <θεωρεῖσθαι>.

³² *To hellenikon, ho hellênismos*: o helenismo aplicado à língua é o critério ideal pelo qual se julga sua pureza e correção. Como termo técnico, parece estar vinculado ao trabalho de edição dos textos antigos durante o período helenístico. Parte importante desse trabalho era “julgar” a qualidade do material disponível e apontar correções. Os “editores” deveriam seguir, portanto, uma norma pela qual identificavam as corrupções do texto. Esse “padrão”, no entanto, não era único, consideravam-se as variedades dialetais “literárias” do grego. O helenismo foi mesmo definido como o uso correto de “todos os dialetos” (Ps. –Herodiano, *De barb. et sol.* 311, 9). Essa atividade acaba integrada à dinâmica da variação linguística entre cultos e iletrados, no mundo antigo. Expressar-se bem é uma das virtudes mais louváveis desde Homero, e fator de sucesso social extremamente relevante durante a democracia grega. As habilidades linguísticas combinavam-se ao estudo da música e da ginástica e parecem ter sido vistas como resultado de uma educação moralizante. Contudo, esteve sempre latente um processo de conscientização acerca da maleabilidade do discurso e da gestão de seus efeitos pela manipulação de sua “composição”. Ou seja, a partir da aquisição de habilidades retóricas específicas, não necessariamente vinculadas à formação do caráter do sujeito como um todo. A retórica, aponte-se, já é uma área de longa tradição no período helenístico. Parece ter havido, no entanto, uma confluência destas tendências: moralizantes, específicas e retóricas, com o trabalho erudito dos “editores”, e os critérios que valoravam as obras literárias teriam passado a exercer uma autoridade coerciva sobre a expressão do homem comum, e uma autoridade mediadora do contato do “homem livre” com a “alta” cultura. Na tradução, para *to hellênikon, ho hellênismos*, aparecem as expressões: “falar grego corretamente”, “usar a língua grega corretamente”, “o grego correto”, ou apenas o adjetivo “correto(a)”.

³³ Solecismo: falha na consistência entre estrutura da expressão e conteúdo; barbarismo: uso de uma forma incorreta ou não aceita de uma palavra. Adiante, § 210, “Pois, quando definem barbarismo e solecismo, afirmam que: ‘barbarismo é o desvio (*paraptôsis*) do uso comum em

é experiência não só das coisas que são ditas por poetas e escritores, não deveria ser definida por um atributo parcial^{xi}.

Mas vamos deixar de lado esses pormenores e examinar, tal como nos comprometemos, se no fim é possível, ao menos de acordo com aquela definição, que subsista (*hupostenai*) a gramática.

[66] Pois bem, ao afirmarem que ela é “uma experiência concernente à maior parte³⁴ do que dizem os poetas e escritores”, referem-se ou a todas as coisas ou apenas a algumas. Se são todas as coisas, então não se trata mais de “a maior parte”, mas de tudo. E se é tudo,^{xii} é do infinito que se trata: porque essas coisas são infinitas. De coisas infinitas, não existe experiência, conseqüentemente, não existirá algo como a gramática. E, no caso de estarem se referindo daquele modo a algumas coisas, diríamos que mesmo as pessoas comuns, sem possuírem experiência gramatical, sabem algumas das coisas ditas por poetas e escritores. Logo, nem assim se pode dizer que a gramática existe.

[67] A não ser que aleguem dizer “a maior parte” para indicar, de um lado, a diferença em relação à experiência de, eventualmente, todas as coisas; e, de outro, a diferença em relação ao leigo. Pois o gramático difere do homem comum na medida em que é experiente não somente em “alguma coisa”, como aquele, mas na “maior parte” do que é dito por poetas e escritores. Mas também é dito para se eximir da necessidade de conhecer todas as coisas, algo impossível, já que ele declara conhecer não todas elas, mas a maioria.

[68] E essas não são palavras de alguém que arma uma defesa, mas sim de alguém que multiplica os males e passa assim a atrair aporias de forma completa, e não mais moderadamente. Em primeiro lugar: da mesma forma que “muitos” é indeterminado e gera o paradoxo de sorites³⁵, o mesmo acontece

uma palavra apenas’; e ‘solecismo é o desvio do uso, e da coerência, em toda a construção (*suntaksis*).’ Sexto irá refutar os conceitos gramaticais de solecismo e barbarismo na seção contra a existência de uma arte da correção (*bellênismos*).

^{xi} Aqui optamos por não seguir a escolha de Blank, *op. cit., ad loc.*, com Giusta, p. 429: οὐκ ἔδει αὐτὴν <τοῦτων ἐμπειρία> εἶναι λέγειν, <ᾧ> ἀπὸ μέρους ἔχειν συμβέβηκεν, e mantivemos: οὐκ ἔδει αὐτὴν εἶναι λέγειν, < ὅ > ἀπὸ μέρους ἔχειν συμβέβηκός.

³⁴ Aqui, ao invés de retomar a expressão *hos epi to pleiston*, na sua segunda interpretação, Sexto utiliza *kata to pleiston*, aplicada à expressão participial: “o que dizem poetas e escritores”.

^{xii} Blank, *op. cit., ad loc.*, com Giusta, p. 428: πρῶτον μὲν οὐκέτι κατὰ τὸ πλεῖστον ἀλλὰ πάντων, <εἶτα> καὶ, εἰ πάντων, por [πρῶτον μὲν] οὐκέτι κατὰ τὸ πλεῖστον ἀλλὰ πάντων, καὶ εἰ πάντων.

³⁵ Nome dado a uma classe de argumentos paradoxais que exploram o fenômeno da vagueza de fronteiras aos conceitos, por exemplo: Quantos grãos são necessários para formar um monte? Ou, quantos grãos, tirados de um monte, fazem com que esse não seja mais um

com “a maior parte”. Por isso, ou nos apontam um limite, mostrando “quanto” do que é dito por poetas e escritores se pode dizer que conhecem; ou, caso mantenham seu compromisso com o indeterminado, sustentando conhecer “a maior parte” dessas coisas, deverão se submeter à argumentação dita “de pouco-em-pouco”. [69] Pois, subtraindo-se “uma” unidade da quantia que foi definida como sendo “a maior parte”, o resultado é ainda “a maior parte” – pois seria completamente absurdo que, pela adição de uma única unidade, se diga que um é “a maior parte”, e o outro, não. Em seguida, subtraindo-se constantemente uma unidade da quantia que foi considerada “a maior parte”, esta acabaria, inevitavelmente, a não ser mais “a maior parte”: com isso a gramática não existiria. Esta seria, precisamente, a conclusão do paradoxo de sorites.

[70] É inclusive um exemplo da extrema obtusidade da gramática dizer que um grande número indeterminado é “a maior parte”. Pois, com efeito, justamente como “menos” é relativo, compreendido em relação ao que é “mais”, da mesma forma, “a maior parte” só fará sentido na condição de estar relacionada a “a menor parte”. Portanto, se os gramáticos têm experiência acerca da “maior parte” do que é dito por poetas e escritores, não a têm da parte restante, a “menor parte”. [71] Ainda, se a parte considerada é a maior, e a parte que resta é a menor, o total não deixa de ser, da mesma forma, indeterminado.^{xiii} Outrossim, sem nos atermos demasiado aos detalhes, é falso que o gramático conhece a maior parte do que dizem poetas e escritores: de fato é a menor parte que ele conhece, superada em muito pelas coisas que ele não sabe, como demonstrarei à frente, em minha investigação.

[72] Por ora, outra definição (*apodosis*) deve ser considerada. Asclepiades, pela mesma razão que Ptolomeu, censura Dionísio Trácio por ter definido a gramática como experiência, e ainda o acusa pelo^{xiv} “na maior parte”^{xv}. Pois isso, diz ele, é característico das artes que são conjecturais e sujeitas ao

monte? Paradoxo atribuído ao megárico Eubulides de Mileto (séc. IV a.C.) e semelhante ao paradoxo do grão de milho, atribuído a Zenão de Eleia (séc. V a.C.) por Aristóteles (*Pb.*, 250a 20). Também conhecido como argumentação do “de pouco-em-pouco”, como Sexto o chama à frente. Ver o verbete: *Sorites Paradox*, na *Stanford Encyclopedia of Philosophy (online)*.

^{xiii} De ὀλίγων <δὲ>, na última linha da seção anterior, a ἄπειρον, os símbolos indicam modificações de Blank, *op. cit.*, *ad loc.*, que segue, na maior parte, Giusta, p. 430: ὀλίγων <δὲ> τῶν λοιπῶν οὐκ ἔχουσιν· εἰ {δὲ} καὶ τὸ ληθῆν ἐστι πλείστον καὶ τὸ καταλειφθῆν ἕλασσον, <οὐ δοτέον αὐτοῖς ὡς> οὐκέτι τὸ πᾶν γίνεται ἄπειρον.

^{xiv} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*, com Blomqvist, p. 74: καὶ <ἐπὶ> τῷ πορ καὶ τὸ.

^{xv} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*: {ἐμπειρία}, “experiência”.

acaso, tal como a navegação e a medicina. A gramática, no entanto, não é conjectural, mas assemelha-se à música e à filosofia.

[73] Asclepiades disse o seguinte: “é como se Dionísio temesse que a brevidade da vida não fosse suficiente para a compreensão de todas as coisas; o que é mesmo absurdo, já que ela dará fim³⁶ ao gramático, não à gramática. Na verdade, como criatura de vida curta, ao gramático pode mesmo vir a acontecer de ser entendido somente na ‘maior parte’ do^{xvi} que é dito por poetas e escritores; a gramática, no entanto, é o conhecimento de ‘todas’ essas coisas.”³⁷

[74] Por esse motivo, ele muda uma parte daquela definição e suprime outra e propõe esta definição de gramática: “gramática é uma arte (*tekhnê*) do que é dito por poetas e escritores”. E assim o homem não elimina nenhuma das dificuldades, mas as reforça, e, querendo enaltecer a gramática, acaba por destruí-la. Com efeito, assumindo que ela seja o conhecimento (*eidêsis*) de tudo que é dito por poetas e escritores, e o conhecimento definitivamente não existe sem o conhecedor, então, tampouco a gramática existe sem o que conhece a gramática. Da mesma forma que não há caminhada sem caminhante, ou parada sem o que para, nem descanso sem o que descansa. [75] Concordou-se, pois, que o gramático não possui esse conhecimento, logo, o conhecimento de tudo que é dito por poetas e escritores não existe, por isso não existe a gramática. Dito de outra forma, a gramática é uma arte e é o conhecimento de tudo que é dito por poetas e escritores. Uma arte, por sua vez, é um sistema composto de apreensões (*katalêpseon*)^{xvii} 38; não havendo ninguém que apreenda tudo que é dito por poetas e escritores, forçosamente, a gramática acaba por tornar-se inexistente (*anuparktos*).

³⁶ *Poieomai ton boron*: “dar uma definição” ou “estabelecer limites”.

^{xvi} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*: <πλείστον τῶν>.

³⁷ Ou seja, *ars longa, vita brevis*. A versão hipocrática continua: “a vida é curta, a arte é longa, a oportunidade é fugaz, o experimento é incerto, e o julgamento, difícil” (*ho bios brakbus, hê de tekhnê makrê, ho de kairos oksus, hê de peira sphalerê, hê de krisis kbalepê*) (*Aph.*, 1.1).

^{xvii} Ao contrário de Blank, *op. cit.*, *ad loc.*, que segue Giusta, p. 428, mantemos a supressão [τῶν περι τὴν γραμματικὴν]. A tradutora francesa sugere <τῶν περι τὸν γραμματικόν>: “em relação com o gramático”. Cf. Dalimier, 2003, *ad loc.*

³⁸ Como mencionado acima, nota 12, esta é a definição estoica para *tekhnê*.

[76] Cáres³⁹, no primeiro livro de *Sobre a Gramática*, diz que: “a gramática completa é uma habilidade (*beksis*), com base na arte (*tekhne*)^{xviii}, que distingue (*diagnostikê*) o que é dito e pensado pelos gregos da forma mais precisa possível – exceto o que é do domínio de outras artes”.⁴⁰ O acréscimo final não é supérfluo. [77] Pois, das coisas ditas (*lekton*) e pensadas (*noêton*) pelos gregos, algumas são de domínio das artes, mas outras não. E ele não considera a gramática uma arte e habilidade do que é de domínio das artes – tal como “harmonia em quartas” e “mudança de escalas”, próprio da música, e “eclipse ou posição das esferas celestes”, da astronomia⁴¹. Deve-se pensar o mesmo em relação às outras artes. Pois a gramática não é conhecimento de nenhuma das coisas de domínio delas, mas é um método para tratar de coisas ditas e pensadas fora destes domínios. [78] “Coisas pensadas” como,

³⁹ Cáres provavelmente deve ser identificado com Cairis (*Khairis*), ativo no séc. I a.C. e citado pelo *Sch. DTbr.* (118. 9-10) como autor desta mesma definição. Cf. Blank, *op.cit.*, p. 137-138; Dalimier, *op. cit.*, *ad loc.*; Pagani, 2011, p. 19.

^{xviii} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*: com Barwick, baseado na comparação com *Sch. DTbr.* 118. 11, insere τέχνης <καὶ ἱστορίας>: <e investigação> (*historia*). Não fizemos essa modificação. Esta inserção colocaria *tekhne* e *historia* no mesmo nível, de forma que as duas funcionariam ou como ponto de partida (considerando-as como atividades) ou como material de base (consideradas como produtos). De qualquer modo, com ou sem a inserção, a relação que *apo* estabelece entre *beksis* e *tekhne* (*kai historia*) é bastante ambígua: pode ser temporal, causal, de origem, de modo, de consequência, etc. Cf. Platão (*Phaed.* 268e), Aristóteles (*Pr.* 955b1), Políbio (10.47.7), D.S. (2.29) para τέχνη (*tekhne*) definida como ἔξις ἢ διάθεσις ἀπὸ παρατηρήσεως (*beksis* e *diathesis apo paratereseos*): “habilidade ou disposição ‘com base’ na observação”.

⁴⁰ Também Eratóstenes (c. 276-194 a.C.), um dos mais renomados eruditos alexandrinos, teria definido a gramática como uma *beksis*: “a gramática é uma habilidade [ou mestría] completa nas letras, em que letras se refere a composições” (*grammatikê estin beksis pantelês en grammasi, grammata kalon ta suggramata*), *Sch. DTbr.* 160. 10-11. Aliás, fora a definição presente no texto hipocrático *Diaet.* 1, 23 (prov. 400 a.C.), citada ao fim desta nota, essa parece ser a mais antiga definição de gramática que possuímos. Sobre a definição de Eratóstenes e sobre *beksis*, ver o valioso artigo de Matthaios, 2011: “Com sua definição de ‘gramática’, Eratóstenes marcou a passagem do período pré-teórico para o período científico da disciplina filológica. Como a erudição estava se afastando da responsabilidade do filósofo e da profissão dos poetas, Eratóstenes, um filósofo erudito, emprestou-lhe suas roupas epistemológicas, definindo sua terminologia e conteúdos.” (*ibid.*, p. 85). A definição presente no *De diaeta* (1, 23) é a que segue: “A gramática é isto: a composição das figuras – signos da voz humana, habilidade de lembrar coisas passadas e de indicar as coisas que precisam ser feitas – o conhecimento por meio das sete figuras.” *Grammatikê toionde skbematōn suntthesis, semeia pbonês anthropines, dunamis ta paroikbomena mnēmoneusai, ta poiētea delosai: di’hepta skbematōn be gnōsis*. Em que composição, supõe-se, é o arranjo das letras, e as sete figuras são as sete vogais.

⁴¹ *Mathematikê*: cf. *Contra os Astrólogos* (M 5. 1).

por exemplo, *pisures*⁴² para “quatro”, e *bessai* e *ankea*⁴³ para lugares “acessíveis” e “profundos”^{xix}. “Coisas ditas” como as que dizem respeito aos dialetos, por exemplo, uma coisa está dita em dórico e outra em eólico – mas não à maneira dos estoicos, acerca do significado (*semainomenon*), pelo contrário, sobre o signo (*semainon*); porque a “coisa pensada” é que está associada ao significado.⁴⁴

[79] Mas Cáres parece usar um argumento de Crates. Pois Crates dizia que o crítico é superior ao gramático. O crítico, diz ele, precisa ser experiente na totalidade do saber linguístico (*logikês epistêmês*), enquanto o gramático precisa simplesmente explicar palavras inusuais, restaurar a prosódia e dominar coisas desse gênero: por isso, o crítico é como um arquiteto, e o gramático, um ajudante.⁴⁵

⁴² Forma eólica atestada em numerosas passagens homéricas.

⁴³ Cf. *Ilíada* 22. 190.

^{xix} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*: <καὶ κοῖλοι>

⁴⁴ Sexto faz esta observação porque *lekton*, que aqui se refere à “coisa dita”, no sistema estoico refere-se ao significado, ao “dizível”. Do modo como ele próprio apresenta (*M* 8. 11-12), os estoicos distinguiram três componentes na análise do “conteúdo”: o signo ou expressão sonora (*semainon* ou *phone*); o que é significado (*semainomenon* ou *lekton*); e, em termos modernos, o “referente” (“extra-linguístico”) (*tunkbanon*). Ver Harven, 2012 p. 54ss. para uma sugestiva leitura da teoria estoica do *lekton* como uma doutrina do significado como uso: “Considero que os estoicos tenham uma certa doutrina do tipo “significado é uso”, tal que o que pode ser dito é uma função do que é dito. O propósito primário da linguagem é expressar nossos pensamentos, que são dizíveis, o que eu interpreto como sendo o sentido fundamental do modo passivo; mas, por termos um sistema recursivo para fazê-lo, i.e., a linguagem, muitas coisas são “dizíveis” independentemente de serem ditas, o que é um sentido secundário do modo passivo.” (*ibid.*, p. 52)

⁴⁵ Supõe-se geralmente que Crates, nesta passagem, esteja rivalizando com a escola de Alexandria, cujos membros se autodenominaram “gramáticos”. Porém, o que exatamente diferenciava a prática do crítico e a do gramático é difícil definir. Parece que a escola de Alexandria, a princípio, entendeu a tarefa do gramático somente em relação à avaliação das condições de transmissão textual de uma obra e sua autenticidade. Enquanto Crates teria incentivado a exegese dos textos por meio da alegoria. Ou seja, em termos modernos, teríamos uma oposição entre “crítica textual” e “crítica literária”. De forma que, enquanto os alexandrinos dedicavam-se a desenvolver um “aparato” crítico para a edição das obras homéricas, a escola de Pérgamo estaria mais preocupada com os métodos interpretativos. No entanto, esta é uma distinção unilateral, não há evidências de os alexandrinos terem se conformado a ela e, além disso, esta diferenciação não se sustém se comparamos a produção das duas escolas. É verdade que Crates e Aristarco discordaram com frequência em suas interpretações de Homero, e que Aristarco e alguns de seus pupilos teriam escrito livros contra as interpretações de Crates, mas, fora algumas extravagâncias filosóficas da parte de Crates (por exemplo, interpretar passagens homéricas de acordo com “teoremas lógicos” e encontrar nelas elementos de física estoica), dificilmente seus métodos filológicos se distinguem daqueles de Aristarco. Em parti-

[80] E tais são as contribuições da definição de Cáres, algumas mais razoáveis que os absurdos de Dionísio, outras piores. Que ele driblou o paradoxo de sorites e afastou a gramática de teoremas que lhe são estranhos (como os que são próprios da música e da astronomia), na medida em que não se relacionam, vê-se de imediato. Mas, de maneira alguma pôde salvá-la de ser insubsistente, pelo contrário, acabou por favorecer, e muito, para que fosse justamente assim.

[81] Dionísio havia posto um limite à gramática, estendendo-a somente ao que escreveram poetas e escritores. Já Cáres quer que ela dê conta de toda palavra grega e de cada coisa significada, o que, se não for ímpio dizê-lo, nem os próprios deuses realizariam. Pois, como dissemos antes, nenhum método se organiza em torno ao que é infinito, pelo contrário, um método^{xx} certamente poria termo ao infinito, pois, para o indeterminado, o saber é uma prisão. [82] E os signos e significados das coisas são infinitos, logo a arte gramatical não é sobre signos e significados. Além disso, ocorre todo tipo de mudança nas palavras, já ocorreu antes e vai continuar ocorrendo: pois o tempo, que não cessa, é um amante das mudanças, não somente nas plantas e animais, mas também nas palavras (*rêmata*). [83] E, se é impossível encontrar conhecimento humano acerca do que é infinito, porém estável, quanto mais seria^{xxi} do que muda sem cessar. Logo, nem dessa maneira a gramática é consistente.

Além disso, Cáres ou a considerou uma habilidade *técnica* (*tekhnikên*) ou *não técnica* (*atekhnon*). E, se a considerou *técnica*, porque não a chamou diretamente de “arte”, ao invés do “com base em”? Mas se não é *técnica*, e não é possível enxergar o *técnico* através do não *técnico*, tampouco será consistente alguma habilidade gramatical que distingue de modo *técnico* os signos e significados dos gregos.

cular, ambos parecem ter feito uso constante da etimologia como um critério para estabelecer o significado e a ortografia de palavras homéricas. “Por exemplo: os dois gramáticos deram explicações distintas para o epíteto de Apolo ἦε (Sch. A 15.365a), Aristarco argumentou que a palavra provinha de ἦμι (lançar) e, por isso, era aspirada, enquanto Crates (F 23 Broggiato) quis derivá-la de ἰούμαι (curar), portanto, sem aspiração. Nesse caso, nossa fonte, Herodiano, que levou as regras da analogia a seu nível mais alto, argumentou que Crates estava correto acerca da aspiração, mas que ele deveria tê-lo provado com referência à regra de que o *eta* não é nunca aspirado antes de uma vogal. Crates, no entanto, estava interessado em resolver um problema de interpretação: se Apolo era capaz, na *Ilíada*, de curar.” BLANK, 2005, p. 222, ver a sequência para outros exemplos como esse.

^{xx} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*, com Giusta, p. 431: αὐτῆ por αὐτή.

^{xxi} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*, com Giusta, p. 431: οὐχ ὅτι γε por οὐ τοί γε.

[84] Demétrio, chamado também de Cloro⁴⁶, e alguns outros gramáticos, deram esta definição: “gramática é uma arte do que é dito pelos poetas e, também, conhecimento das palavras de uso comum (*kata tèn koinên sunêtheian*).” Nela, permanecem em questão as mesmas aporias: a gramática não pode ser uma arte nem de tudo nem de parte do que é dito pelos poetas. [85] Abordar tudo que é dito por eles é, obviamente, impossível: os poetas falam sobre deuses, virtude, alma - coisas de que os gramáticos não têm qualquer experiência. E abordar parte do que dizem não é algo que seja exclusivo dos gramáticos, pelo contrário, compartilha-se com outros tantos, como filósofos, músicos e médicos, que também conhecem e compreendem parte do que é dito pelos poetas.

[86] E estão novamente equivocados ao dizerem que a gramática é “conhecimento das palavras de uso comum”, caso tenha o sentido geral de: “se há palavras de uso comum, a gramática é o conhecimento delas” – porque são infinitas as palavras de uso comum, e não existe conhecimento de coisas que são infinitas.

[87] Mas também se carrega o sentido particular de: “existem algumas palavras de uso comum de que a gramática é o conhecimento”, nem assim transformarão a gramática em alguma coisa – porque um ateniense tem conhecimento das palavras de uso comum no dialeto ático; e um dórico, daquelas de uso comum no dialeto dórico; um retórico conhece as que são geralmente usadas na retórica; e um médico as que são comuns dentro da medicina.

[88] E se for dito que ela é “o conhecimento de todas as palavras de uso comum, mas não todas em particular, uma por uma” (o que é realmente impossível), e sim todas de forma genérica, e aquilo que é mais geral nos dialetos (por exemplo, que os dóricos usam uma acentuação, e os jônicos outra) – pode até ser que isso soe plausível, mas não é verdadeiro. [89] Porque não existe, em cada dialeto, um hábito único: são muitas as formas de dórico e de ático. Tampouco as regras que querem transmitir estendem-se a todas as palavras⁴⁷, mas aplicam-se somente às que têm o mesmo padrão

⁴⁶ Desconhecido, talvez segunda metade do séc. I a.C. Ver Seppänen, *op.cit.*, p. 87ss.

⁴⁷ Esta seria uma exigência que os próprios defensores ou especialistas nas artes alardeavam: que suas regras fossem universalmente aplicadas.

de acentuação, por exemplo, ou às oxítonas ou às barítonas⁴⁸, e é impossível que consigam abranger todas elas.⁴⁹

[90] Eis aí, portanto, um exemplo de como se pode argumentar partindo apenas da concepção dos gramáticos, e revelar a insubsistência da gramática. Agora, passando adiante, por ordem, submeteremos à análise também os principais teoremas da gramática, dos quais depende, principalmente, sua subsistência.

QUAIS AS PARTES DA GRAMÁTICA?

[91] As divergências entre os gramáticos acerca das partes da gramática são longas e intermináveis.⁵⁰ Assim, para um assunto secundário não nos desviar de nosso objetivo, nem adentrarmos matéria, no momento, alheia e supérflua, abandonando o ataque mais necessário, será suficiente dizer, de forma a gerar menos conflito, que as partes da gramática são: *técnica* (*to tekbnikon*), “histórica” (*to historikon*)^{xxii} e específica (*to idiaiteron*) – por meio desta última aborda-se o concernente a poetas e escritores.⁵¹ [92] Dessas, a parte *técnica*

⁴⁸ Barítonas são palavras cuja última sílaba não é pronunciada com alteração de tom para o agudo, ou seja, palavras que não são marcadas na grafia com o acento agudo na última sílaba; ao contrário das oxítonas.

⁴⁹ A lucidez de alguns argumentos triviais de Sexto por vezes é capaz de suplantar a dificuldade das passagens intrincadas.

⁵⁰ Blank (1998, p. 147) nos informa que nos comentários a *DTbr.* encontram-se, principalmente, divisões quadripartites. Usener (editor dos fragmentos epicuristas) teria apontado como origem delas a divisão de Tirânio, gramático grego ativo em Roma por volta do séc. I a.C.: leitura oral, interpretação, crítica textual, julgamento. Os comentários indicam ainda que essa divisão refletia a sequência de uma aula: “o estudante leria a passagem escolhida oralmente, então o professor ofereceria uma explicação de cada palavra no texto e, logo, da passagem toda, seguida por correções ao texto, que eram então coroadas pelo julgamento ou crítica da passagem.”

^{xxii} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*, com Giusta, p. 431: τεχνικὸν τὸ δὲ ἱστορικὸν para ἱστορικὸν τὸ δὲ τεχνικὸν nos MSS.

⁵¹ Esta divisão da gramática em três partes: “técnica, histórica e específica”, escolhida por Sexto como ponto de partida para sua discussão, parece ser uma adaptação da tripartição de Asclépiades em “técnica, histórica e gramatical”, citada em § 252. Além disso, Sexto usará como base para sua crítica da parte “histórica” a descrição e estruturação atribuída a Asclépiades (§ 252). Com isso, poderíamos inferir que o tratado de Asclépiades seria, em última análise, a origem das seções de *M 1* que irão expor a *tekbnê* gramatical (*cf.* Blank, 1998, p. xlv). Asclépiades teria composto o livro *Sobre Gramática*, cujo título será citado por Sexto em § 252 – presumivelmente também é de onde provêm as outras citações: § 47 e § 91. Tal livro parece ter sido utilizado por Quintiliano em *De Oratore* e, em menor medida, por Dionísio de Halicarnasso. Sexto, no entanto, não parece ter conhecido diretamente o tratado de Asclépiades. As exposições das

é aquela na qual dispõem os elementos, as partes da sentença, e também ortografia e helenismo e o que disso se segue. A parte dita “histórica” é onde ensinam sobre os personagens – divinos, humanos e heroicos, dão detalhes sobre lugares como montanhas e rios, retomam tradições associadas a ficções e mitos, e coisas desse gênero.⁵² [93] E a parte específica é aquela através da qual analisam o que é dito^{xxiii} por poetas e escritores – interpretam as

partes de seu sistema gramatical estarão, em geral, conectadas a refutações de viés epicurista, com isso, tanto exposição quanto refutação foram, provavelmente, retiradas de uma mesma fonte. Com base nisso, poderíamos concluir, tal como faz Blank (*ibid.*, p. xlvi), que a fonte de Sexto seria um tratado epicurista que critica e ataca o *Sobre a Gramática* de Asclepiades. Trataremos mais detidamente dessa questão e sobre as partes da gramática em outro momento, por ora gostaríamos apenas de apresentar o quadro que irá se formar ao longo do *Contra os Gramáticos*:

TABELA: CONSTITUINTES DA “GRAMÁTICA” PARA ASCLEPIADES DE MIRLEIA DE ACORDO COM SEXTO EMPÍRICO (M 1)

nome:	lida com:	
tekhnikon técnica	letras (elementos), sílabas, lexis, partes da sentença, análise métrica e análise da sentença	todas discutidas por Sexto (§ 97-247)
	ortografia	
	correção: analogia, etimologia, virtudes e vícios do discurso	
historikon “histórica”	palavras inusuais	atribuído diretamente a Asclepiades (§ 252-3)
	histórias: verdadeiras, falsas, verossimilhantes	
	provérbios e definições	
grammatikon gramatical ou idiaiteron específica	interpretação, julgamento de adequação e autenticidade	descritas por Sexto (§ 93)
	valoração (ética?) da poesia (e prosa)	discutido por Sexto (§ 270ss)
	(leitura treinada, explicação e crítica dos poemas)	criticado à divisão de Dionísio Trácio (§ 252)

⁵² *Historia* aqui tem o sentido que, originado na filosofia jônica do séc. VI a.C., remete à investigação, inquirição, busca de informações. No período helenístico, referia-se, principalmente, à busca realizada em livros, ou seja, à pesquisa, atividade que promove, portanto, erudição. Usa-se tanto para a “atividade” de investigação quanto para o “produto” desta investigação, i.e., para os dados levantados e dispostos em coletâneas. Na medicina, designava um dos modos de obter conhecimento admitidos pelos empíricos: a *historia* era a consulta às “anotações” de outros médicos relativas a um caso semelhante. Portanto, pode carregar também o sentido de “conhecimento compartilhado”. A tradução manteve entre aspas as ocorrências do termo neste sentido explicitado e, onde, se tratam de histórias como “relatos” em geral, o termo não contém aspas.

^{xxiii} Blank, *op. cit.*, *ad loc.*, com Giusta, p. 428: ἰδιαίτερον δὲ <δὲ οὐ> τὰ κατὰ τοὺς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς ἐπισκοποῦσι καθ’ ὃ para ἰδιαίτερον δὲ τὰ κατὰ τοὺς ποιητὰς καὶ συγγραφεῖς [ἐπισκοποῦσι] καθ’ ὃ.

passagens obscuras, julgam o que está correto e o que não, e distinguem o genuíno do espúrio. Essas são, de maneira geral, e *grosso modo* explicadas, as partes da gramática.⁵³

[94] Mas elas não devem ser entendidas como se fossem independentes, ou como dir-se-ia que “as partes do homem são o corpo e a alma”. Pois se concebe estas últimas como coisas diferentes uma da outra, e a parte *técnica*, a “histórica” e a que trata de poetas e escritores, isto é, as partes da gramática, são muito conectadas e entrelaçadas umas às outras. [95] Pois a análise dos poetas não acontece sem as partes *técnica* e “histórica”; e cada uma delas foi constituída em conexão com as outras. Logo, tal como dizem que as partes da medicina são a dieta, a cirurgia e a farmacologia, falando assim porque há muita interdependência entre os teoremas (a dieta, com efeito, não se apresenta sem a farmacologia e a cirurgia; e a farmacologia, por sua vez, envolve-se também na ação das outras), de maneira que não estão então separadas, nem são independentes umas das outras.

[96] E não foi à toa que detalhamos tal explicação, mas para nos darmos conta de que, se fica provado para qualquer das partes que é inconsistente, destrói-se por força também o resto, porque nenhuma delas subsiste sem a parte que foi destruída. Mesmo assim, ainda que nos poupasse tempo, não faremos dessa forma, mas tentaremos argumentar contra cada uma, como se prescindisse da presença das outras. Começaremos então, em ordem, pela primeira.⁵⁴

Recebido em abril/2017; Aceito em setembro/2017

⁵³ Apesar de entre os romanos ter se tornado mais comum uma divisão dupla, remetendo a regras da língua e análise de obras literárias, por exemplo: “a arte de falar corretamente e a explicação de poetas” (Quintiliano I. 4. 2), em Sêneca (*Ep.* 88) encontramos uma divisão muito parecida à de Sexto: “O gramático se encarrega do cuidado com a língua, e se ele quer ir além, com histórias (*historiae*), e, finalmente, se ele deseja demarcar um território amplo, com a poesia.”

⁵⁴ Na sequência, Sexto tratará, tal como anuncia, da parte dita *técnica* da gramática. O título da seção seguinte é: “A parte *técnica* da gramática é ametódica e inconsistente”.

BIBLIOGRAFIA

- ATHERTON, C.; BLANK, D. From Plato to Priscian: Philosophy's legacy to grammar. In: ALLEN, Keith. *Oxford Handbook of the History of Linguistics*. Oxford: OUP, 2013. p. 283-340.
- BARNES, J. Scepticism and Arts. In: HANKINSON, R. J. (Ed.). *Method, Metaphysics and Medicine: Studies in the Philosophy of Ancient Medicine*, Edmonton: Academic Printing and Publishing, 1988. p. 53-77.
- BEKKER, I. (Ed.) *Sextus Empiricus*. 1842.
- BETT, R. (Trad.) *Sextus Empiricus: Against the Ethicists*. With an introduction and Commentary. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- BLANK, D. Varro's anti-analogist. In: FREDE, Dorothea; INWOOD, Brad. (Eds.) *Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age*. Cambridge: CUP, 2005. p. 210-238
- _____. (Trad.) *Sextus Empiricus: Against the Grammarians* (Adversus Mathematicos I). With an introduction and commentary. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- BLOMQUIST, J. Textkritisches zu Sextus Empiricus. In: *Eranos*, 66, 1968, p. 73-100.
- BOLZANI, R. Acadêmicos versus Pirrônicos. In: *Sképsis*, ano IV, v. 7, 2011. p. 5-55.
- BURY, R. G. (Ed. e Trad.) *Sextus Empiricus*. 4 vol. (Loeb). Cambridge: Harvard University Press, 1939 – 1949.
- BRITO, R.; HUGUENIN, R. (Trads.) *Sexto Empírico: Contra os Gramáticos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- CHAPANSKI, G. (Trad.) *Uma tradução da Tekhné Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2003. (190 pgs.)
- DALMIER, C. (Trad.). Contre les grammairiens. In: PELLEGRIN, Pierre. *Sextus Empiricus: Contre les professeurs*. Introduction, glossaire et index. Paris: Éditions du Seuil, 2002. p. 67-245.
- GIUSTA, M. Review of Mau. In: *Riv. di Filologia e d'Istruzione Classica*, n. 40, 1962. p. 425-432.
- HARVEN, V. de. *The coherence of Stoic Ontology*. PhD Thesis. University of California, Berkeley: Spring 2012. 97 pgs.
- KASTER, R. Guardians of Language: The Grammarian and Society in Late Antiquity. Berkeley: UCP, 1997.
- LAW, V.; SLUITER, I. (Eds.) *Dionysius Thrax and the Techne grammatike*. Münster: Nodus Publikationen, 1995.
- MATTHAIOS, S. Eratosthenes of Cyrene: Readings of his 'Grammar' definition. In: _____; MONTANARI, F.; RENGAKOS, A. (Eds.) *Ancient Scholarship and Grammar: Archetypes, Concepts and Contexts. Trends in classics - supplementary volumes*, 8. Berlin; New York: De Gruyter, 2011. p. 55-86.
- MAU, J.; MUTSCHMANN, H. (Eds.) *Sexti Empirici opera*. vol. 3, Leipzig: Teubner, 1961. (2ª edição.)
- MORROW, G. (Trad.) *Proclus: A commentary on the first book of Euclid's Elements*. Princeton: PUP, 1970.
- PAGANI, L. Pioneers of Grammar. Hellenistic Scholarship and the Study of Language. In: MONTANARI, F.; PAGANI, L. (Eds.) *From Scholars to Scholia: Chapters in the History of Ancient Greek Scholarship. Trends in Classics – Supplementary Volumes 9*. Berlin; New York: De Gruyter, 2011. p. 17-64.
- Sch. DThr. = HILGARD, A. (Ed.) *Scholia in Dionisium Thracis Artem Grammaticam* (Sch. DThr). Leipzig: Teubner, 1901 (= Grammatici Graeci I 3).

- SEPPÄNEN, M. *Defining the art of grammar. Ancient perceptions of γραμματική* and grammatica. PhD Thesis. University of Turku. 2014 (265 pgs.)
- SLUITER, I. A Champion of analogy: Herodian's On lexical singularity. In: MATTHAIOS, S.; MONTANARI, F.; RENGAKOS, A. (Eds.) *Ancient Scholarship and Grammar: Archetypes, Concepts and Contexts. Trends in classics - supplementary volumes*, 8. Berlin; New York: De Gruyter, 2011. p. 291-310.
- SVF= ARNIM, I. AB. (Ed.) *Stoicorum Veterum Fragmenta* (SVF). 2 vols. Stuttgart: Teubner, 1964.
- SWIGGERS, P; WOUTERS, A. (Eds.) Grammatical Theory and Philosophy of Language in Antiquity. In: *Orbis Supplementa*, n. 19, Leuven: Peeters, 2002.